

Justiça, substantivo feminino

Universo ainda predominantemente masculino, o Judiciário assiste, nas últimas décadas, à chegada de um número cada vez maior de mulheres à magistratura, onde têm deixado importantes contribuições. Culturalmente vistas como conciliadoras, adeptas do diálogo e sensíveis às causas sociais, as mulheres já representam cerca de 33% do contingente de juizes em Minas. Na foto, vitral do Palácio da Justiça onde figura a imagem de Themis, personificação da deusa da justiça, da lei e da ordem e protetora dos oprimidos na mitologia grega.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – MARÇO – 2014
ANO 20 – NÚMERO 191

Magistratura se transforma com a presença das mulheres

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, várias manifestações e discussões varrem o mundo, levando reflexão sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Diferenças salariais, violência doméstica, restrição no acesso à educação e a determinadas profissões – esse é um cenário que as mulheres ainda precisam combater.

Essa luta tem provocado profundas transformações em diversos setores, e o Judiciário não está isento disso. Entre os avanços, está a presença cada vez maior das mulheres na magistratura, onde elas têm imprimido pequenas revoluções. Em homenagem às mulheres, no mês delas, conversamos com quatro desembargadoras, que nos contam um pouco sobre o universo feminino na magistratura.

Esta edição traz ainda uma entrevista com a desembargadora Heloisa Combat, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv). Uma mostra de que, quando as mulheres ascendem a posições de poder, elas podem contribuir na luta contra a desigualdade entre os gêneros.

Conheça também a nova fase da gestão documental do TJMG, inaugurada por meio de normas criadas com o objetivo de melhor administrar os acervos de processos judiciais, conciliando racionalização de espaço, redução de custos e, principalmente, preservação da memória do Judiciário mineiro.

Veja também matéria sobre o mais novo serviço oferecido pela Ouvidoria do TJMG, o canal de atendimento telefônico 0800-283-3933. O serviço pretende democratizar ainda mais o acesso do cidadão à Ouvidoria, criada com o objetivo de fortalecer o relacionamento entre a instituição e a sociedade.

Na página de Turismo, encante-se com Cabeça de Boi, lugarejo encravado ao sul da Serra do Espinhaço, a apenas 130km de Belo Horizonte, numa das mais belas regiões do país. Cachoeiras, pinturas rupestres e trilhas compõem a paisagem do lugar, uma ótima opção para quem busca descanso e contato com a natureza.

Boa leitura!

TJMG tem dois novos desembargadores



Os juízes Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade e Octavio Augusto De Nigris Bocalini são os mais novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Os magistrados tomaram posse em 24 de fevereiro último, em solenidade que reuniu familiares dos empossados, magistrados, operadores do direito e autoridades. Anteriormente juíza da 2ª Vara Cível da comarca de Ipatinga, a desembargadora Maria Aparecida tomará assento na 16ª Câmara Cível. Já o desembargador Octavio Bocalini, que era juiz da 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, irá integrar a 18ª Câmara Cível. A sessão solene foi conduzida pelo presidente do TJMG, Joaquim Herculano Rodrigues.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Ouvidor:

Desembargador Doorgal Andrada

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Design Gráfico:

Cristina Baía Marinho

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Gestão documental do TJMG entra em nova fase



Marcelo Albert

Ao centro, o desembargador Baía Borges, 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com parte da equipe da Dirged na unidade administrativa do bairro Camargos, em Belo Horizonte

Manuela Ribeiro

A Resolução 749/2013 e a Portaria Conjunta 330/2014 do Tribunal de Justiça, aliadas às Recomendações 37/2011 e 46/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inauguram novos tempos na gestão documental no TJMG.

As normas por trás de todos esses números têm a finalidade de disciplinar a maneira como acervos de processos judiciais devem ser administrados e buscam conciliar racionalização de espaço, redução de custos e, principalmente, preservação da memória do Judiciário mineiro.

Até a publicação dessas normas, apesar da necessidade e da demanda de diversos setores do Judiciário, não era permitido ao Tribunal desfazer-se de documentos judiciais.

Somente agora, com os instrumentos de gestão documental instituídos, em especial os Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade (PCTTs),

lançados após a publicação da Resolução 749/2013, a Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged) pôde iniciar a avaliação dos processos findos e definir a destinação desses documentos: eliminação ou recolhimento à guarda permanente.

Já foram avaliados 10.318 processos oriundos do Juizado Especial Cível de Ouro Preto, indicada comarca piloto para a implantação do projeto. Desses, 1.161 foram remetidos à guarda permanente (composta com base em fórmula estatística estabelecida pelo CNJ) e 9.157 são passíveis de eliminação. O edital de ciência de eliminação referente a esse primeiro lote de processos avaliados foi publicado e encontra-se disponível no Portal do TJMG.

Rigor na avaliação

De acordo com André Borges Ribeiro, diretor executivo da Dirged, mesmo diante da incontestável necessidade de reduzir custos com a guarda da mas-

sa documental acumulada nos arquivos do TJMG, não se pode abrir mão do rigor na avaliação, pois é nesse procedimento que se definem os prazos de guarda e a destinação do documento. A próxima comarca a ser contemplada com a avaliação dos processos judiciais que tramitaram nos Juizados Especiais Cíveis é a de Belo Horizonte.

“A massa documental acumulada é gigantesca, proporcional ao nosso desafio, mas não podemos esmorecer. A base normativa está pronta; agora, vamos aumentar a capacidade de avaliação para, consequentemente, gerar a necessária redução de custos institucionais e separar, para tratamento adequado, os documentos de guarda permanente, incluídos os históricos. Nossa meta é publicar um edital de ciência de eliminação por mês, contendo pelo menos 20 mil processos avaliados em cada edital”, afirma o superintendente da Ejef, desembargador José Antonino Baía Borges.

Mulheres conquistam m



A desembargadora Márcia Milanez foi a primeira mulher a ocupar um cargo de direção no Tribunal de Justiça de Minas Gerais



A desembargadora Evangelina Castilho Duarte testemunhou a chegada

Daniele Hostalácio

De olhos vendados, segurando na mão direita uma espada e na esquerda uma balança, uma mulher esculpida em mármore adorna a entrada de muitos tribunais mundo afora. Trata-se de Themis, personificação da deusa da justiça, da lei e da ordem, protetora dos oprimidos na mitologia grega. É o feminino associado ao ato de fazer Justiça, desde tempos remotos, embora a aplicação da lei tenha sido, historicamente, tarefa predominantemente masculina. Mas os tempos são outros, e é inegável que as muitas conquistas das mulheres, em todos os campos, alcançaram também o Poder Judiciário.

A história da mulher na magistratura brasileira ainda é recente. Quando Ellen Gracie tornou-se presidente do Supremo Tribunal Federal, em 2006, foi a primeira vez, nos 177 anos da mais alta corte do país, que o órgão foi comandado por uma mulher. Em Minas, o percurso feminino na magistratura começou há pouco mais de 50 anos, quando, em 1960, Raphaela Alves Costa se tornou a primeira a ocupar o cargo de juíza de direito no Estado. Nos anos seguintes, vieram outras – Branca Margarida Pereira Rennó, Myriam da Conceição Saboya Coelho e Ana Maria dos Santos Lima.

Plantada a semente pelas precursoras, a presença da mulher na magistratura tornou-se realidade. Hoje, de 949 juizes em Minas, 316 são do sexo feminino. Na última posse de aprovados no concurso para a magistratura mineira, organizado pela Escola

Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), elas representavam 40% do contingente: 39, entre os 98 empossados.

Diálogo e conciliação

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a representação de mulheres é mais tímida: entre os



A mulher, no lar e como mãe, no dia a dia, já é conciliadora por natureza. Ela acredita no diálogo



130 desembargadores, figuram apenas 20 mulheres. Atualmente a magistrada com mais tempo de Casa, a desembargadora Márcia Milanez tem o mérito também de ter sido a primeira a ocupar um cargo de direção no tribunal mineiro e presidir o Órgão Especial. Em sua

gestão como 3ª vice-presidente do TJMG, a desembargadora deixou uma forte marca, passando a ser chamada de Dama da Conciliação.

A capacidade maior de dialogar e de conciliar é usualmente atribuída às mulheres e, considera a desembargadora, pode trazer benefícios ao Judiciário. “A mulher, no lar e como mãe, no dia a dia, já é conciliadora por natureza. Ela acredita no diálogo”, ressalta. Observando que a presença da mulher na magistratura já não é novidade, a desembargadora avalia que falta, agora, elas ocuparem mais cargos de direção nos tribunais. “Estou sempre batalhando por isso; é algo que precisamos incentivar”, afirma.

Primeira e, nas palavras dela, “infelizmente a única” a dirigir o Foro de Belo Horizonte, a desembargadora Áurea Brasil avalia que o fato de as mulheres ainda serem minoria na magistratura acaba se refletindo na baixa presença feminina em cargos de direção. Ela conta que, quando foi diretora do Foro, exercendo o cargo de juíza auxiliar de dois corregedores diferentes, não enfrentou problemas por ser mulher e se diz convicta de que o universo feminino traz para a magistratura características importantes, como a sensibilidade. “Além disso, as mulheres são bastante criteriosas e preocupadas com os detalhes”, observa.

A desembargadora Evangelina Castilho Duarte, que em 2015 completa 30 anos de magistratura, testemunhou a chegada de um número cada vez maior de mulheres ao Judiciário. Pelas comarcas do interior de

ais espaço no Judiciário

Fotos: Renata Caldeira



ada de um número cada vez maior de mulheres ao Judiciário mineiro



Primeira mulher a dirigir o Foro da capital, a desembargadora Áurea Brasil lamenta a baixa presença feminina em cargos de direção

Minas, ela enfrentou oposição, em meio a uma cultura ainda muito conservadora, que se surpreendia com a presença feminina em um cargo de forte exercício de poder. “Na terceira comarca em que atuei, São Sebastião do Paraíso, a resistência foi tão grande que o prefeito sempre errava o meu nome e se referia a mim como segundo juiz, no masculino, e como se eu fosse apenas uma auxiliar do outro magistrado. Na verdade, eu era juíza da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude”, conta.

Evangelina Duarte recorda-se que apenas ela e mais duas figuraram entre as aprovadas no concurso público por meio do qual ela entrou para a magistratura – mais de mil candidatos disputaram as vagas. Na visão dela, as juízas levam à sociedade uma mensagem de que as mulheres podem ascender a cargos de poder, antes restritos ao universo masculino. “Quando as juízas chegam às comarcas, ninguém as conhece. Elas então vão até as escolas, dão palestras; muitas meninas percebem, naquele momento, que também podem um dia ser magistradas”, observa.

Destemidas

Tornou-se notícia na mídia, no ano passado, o trabalho de 11 juízas do norte de Minas em casos que apuraram desvios de cerca de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos. Entre as magistradas, que se destacaram

pela atuação dura, justa e destemida, estava a juíza Gicélia Milene Santos, de Espinosa, a segunda comarca mais distante de Belo Horizonte, a apenas 12km da divisa com Bahia. Ela participou da operação Corcel Negro, que investiga danos ao erário estimados em mais de R\$ 120 milhões.

A experiência da juíza, que tomou posse em 2001, difere da vivência da desembargadora Evangelina Duarte. “Em nenhum momento experimentei qualquer tipo de discriminação pelo fato de ser mulher; nunca hesitaram em cumprir qualquer ordem ou decisão minha, mesmo o mundo do direito sendo ainda muito masculino e eu tendo trabalhado, o tempo todo e ainda hoje, rodeada de homens – advogados e promotores”, avalia. Rompendo o mito da fragilidade da mulher, a juíza afirma que jamais sentiu medo ao tomar decisões que atingiram, em muitos casos, pessoas consideradas poderosas.

Talvez isso seja um sinal de que novos ventos sopram sobre a sociedade brasileira, dissipando as nuvens de conservadorismo que ainda pairam sobre diversos setores. O significado social do trabalho judicante, o mérito de terem sido aprovadas em concursos extremamente concorridos e o grau de poder do cargo que ocupam orgulham essas mulheres, que honram a beca e, com pulso firme, mostram que, desde seu ingresso na magistratura, o Judiciário nunca mais foi o mesmo.

As precursoras:

Maria Theresa Grisólia Tang – Primeira mulher a ingressar na magistratura brasileira, em 1954

Raphaela Alves Costa – Primeira mulher a se tornar juíza em Minas Gerais, em 1960

Branca Margarida Pereira Rennó – Primeira mulher a se tornar desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em 1988

Eliane Calmon – Primeira mulher a compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 1989

Ellen Gracie – Primeira mulher a se tornar ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2000. Foi também a primeira mulher a presidir a mais alta corte do país, em 2006

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2009

Mulher em defesa da mulher

Soraia Costa

A desembargadora Heloísa Combat já quis ser diplomata, mas depois se encantou pela magistratura e hoje se sente realizada e feliz com a carreira que abraçou. Ela nasceu em Cássia, no interior de Minas, fez graduação e doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi professora de direito civil e procuradora da Fazenda Estadual em Minas. Há dois anos Heloísa Combat é superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (Comsiv) do TJMG. Ela acredita que a situação de violência contra a mulher somente poderá mudar por meio da educação, por isso ela está investindo, frente à Comsiv, em um programa de palestras nas escolas públicas e privadas de ensino médio.

TJMG Informativo – Por que a senhora optou pelo curso de direito?

Heloísa Combat - Eu pensava em fazer a prova do Itamaraty para ser diplomata, mas durante a faculdade veio o casamento e me esqueci da carreira diplomática. Frequentando o meio Judiciário, como advogada,

parceria com a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público (MP) e organizações sociais que formam a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Fornecemos estatísticas e outras informações e realizamos palestras, seminários e cursos. Um passo importante para o qual contribuímos foi o de fazer constar na ocorrência policial, que atualmente recebe o nome de registro de eventos de defesa social (Reds), que se trata de um caso em que deve ser aplicada a lei Maria da Penha. Isso é importante por dois motivos. O primeiro é que o Reds é encaminhado para o MP, e o promotor é noticiado de que se trata de um caso de violência contra a mulher. Pode ser lesão corporal, homicídio ou outro tipo de violência em que se oferece a denúncia nos artigos da lei Maria da Penha. O segundo motivo é que isso facilita o levantamento das estatísticas de crime contra a mulher, o que é importante para atuarmos mais intensamente nas comarcas que apresentam um número maior de feitos nessa matéria.

O que a Comsiv realizou nos seus dois anos e meio de atuação?

Uma conquista importante da Comsiv foi a instalação da 14ª Vara Criminal em Belo Horizonte – antes havia somente duas varas Maria da Penha para resolver cerca de 40 mil processos. Fomos

também pioneiros em adotar a medida protetiva de colocação de tornozeleiras eletrônicas nos agressores, para que não se aproximem das vítimas, o que tem dado bons resultados. Além disso, desenvolvemos um trabalho em parceria com o consulado norte-americano para conhecer o trabalho realizado nos Estados Unidos contra a violência doméstica. Participamos com o CNJ e a SPM do lançamento da campanha “Compromisso e Atitude – lei Maria da Penha mais forte” e estivemos presentes no Fórum Nacional dos Juizes de Violência Doméstica (Fonavid).

Como a senhora avalia a situação de violência contra a mulher?

Temos de acabar com essa teoria absurda de que mulher gosta de apanhar. Queremos saber quais são as razões que fazem com que as mulheres voltem para seus agressores. Elas queriam isso ou foram pressionadas por ele, pela família, pela igreja, pelos filhos? Ou foi por necessidade financeira? O ideal é o empoderamento da mulher, e nós buscamos uma contribuição nesse sentido. Percebo que somente a educação pode melhorar a situação da mulher, porque as crianças vivenciam a violência em suas próprias casas. Temos de acabar com a cultura da violência.



O ideal é o empoderamento da mulher, e nós buscamos uma contribuição nesse sentido



passei a ter uma grande admiração pela magistratura. Então tomei a decisão de ser juíza e não me arrependo: acho que nasci para essa carreira.

Como é trabalhar nesse universo essencialmente masculino?

Ainda existe um certo preconceito, porém mais sutil do que quando entrei para a magistratura. Mas nunca me preocupei com isso. Hoje já há um número significativo de juízas, e na Segunda Instância já somos 15%. Melhorou, mas ainda não é o ideal. Nos tribunais do Nordeste brasileiro há várias desembargadoras presidentes. Aqui em Minas, temos desembargadoras jovens que poderão chegar à Presidência, e eu espero estar viva para ver.

Como a Comsiv atua?

Temos uma equipe formada por profissionais e estagiários de psicologia e assistência social que elabora e desenvolve projetos para melhorar a vida das mulheres em situação de violência. Atuamos em



Renata Calderia

A desembargadora Heloísa Combat está convicta de que somente a educação pode melhorar a situação da mulher



Pelo canal de atendimento telefônico 0800-283-3933, em sua primeira semana de funcionamento, de 3 a 7 de fevereiro, foram recebidas 40 demandas

Marcelo Albert



Alento para os cidadãos

Letícia Lima

Compete à Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) receber críticas, sugestões, elogios, denúncias, dúvidas e reclamações. Estas últimas chegam com mais frequência, pois as pessoas veem nesse setor o solucionador final de suas demandas. Mas as reclamações, assim que resolvidas, acabam trazendo alento e acarretam elogios. Uma cidadã que utilizou os serviços da Ouvidoria encaminhou ao setor a seguinte mensagem: “Espero que recebam este *email*, pois quero lhes dizer que sou eternamente grata”.

Na mensagem, a mulher contava que um processo, no qual era parte, arrastava-se na Justiça, embora não houvesse nenhum problema aparente que o impedisse de ser concluído. Sem saber o que fazer, ela pediu ajuda à Ouvidoria. “Aproximadamente 10 dias depois, me mandaram a resposta com uma explicação do que estava acontecendo e com o meu processo concluído. No meu caso, a Ouvidoria foi excelente, eficiente e colaboradora”, afirmou.

Criada para ser uma ponte entre o TJMG e o cidadão, as ouvidorias, acredita o ouvidor do TJMG, desembargador Doorgal Andrada, “vão se tornar o balizador de planejamento dos órgãos públicos”. Segundo ele, por meio das demandas recebidas pelo setor, e com o apoio de estatísticas por temas constantes, será possível apontar com exatidão o que precisa ser feito para aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

“Esse é um meio importante pelo qual a população pode chegar ao Poder e falar”, observou.

A Ouvidoria estabelece diretrizes para os canais e os setores do Tribunal que atendem ao público. Somente o Fale Conosco, por exemplo, até então sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação (Ascom), e que agora integrará a Ouvidoria, recebeu, de janeiro a dezembro de 2013, 14.589 mensagens enviadas por meio do seu formulário eletrônico, disponível no Portal TJMG. No mesmo período, foram respondidas diretamente 11.287 demandas; outras 3.193 foram atendidas indiretamente, por meio de encaminhamento a outros setores. Cinco demandas de orientação jurídica foram encaminhadas para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Minas Gerais.

Pelo recém-inaugurado canal de atendimento telefônico 0800-283-3933, em sua primeira semana de funcionamento, de 3 a 7 de fevereiro deste ano, foram recebidas 40 demandas, sendo nove finalizadas e 12 já enviadas a outros setores.

Rede Ouvir

A Ouvidoria do TJMG integra a Rede Ouvir, juntamente com parceiros, como as ouvidorias do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM-G), do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), do Ministério

Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), entre outras. Segundo o desembargador, “o que chega a um desses órgãos, mas diz respeito a outro, é imediatamente encaminhado ao setor próprio”.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também envia demandas afetas ao TJMG. A solicitação do cidadão José Fábio dos Santos Gonçalves, encaminhada pelo CNJ ao Tribunal, foi atendida prontamente por Minas, segundo ele. “Faltava um documento no processo. O juiz deu prazo e até fixou multa. Quinze dias depois, houve movimentação. Fica aqui registrada a minha admiração e respeito pelo Judiciário mineiro”.

Saiba mais

A Ouvidoria do TJMG, criada em 2012, tem por objetivo fortalecer o relacionamento do Tribunal com a sociedade. O órgão surgiu para atender às resoluções 79 e 103, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõem sobre a transparência no Poder Judiciário e determinam a existência de serviços de atendimento aos usuários da Justiça. A Ouvidoria cumpre ainda a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei 12.527/11.



Soraia Costa

O desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada é o atual ouvidor do TJMG

Patricia Melillo



Entre dois paredões de pedra, a cachoeira das Maças é uma das mais bonitas da região

Pedro Guerra



Encontradas bem próximas ao povoado, as pinturas rupestres são nítidas e bem conservadas

Patricia Melillo



Com aproximadamente 80 habitantes, o povoado é totalmente cercado por serras e montanhas

Cabeça de Boi: refúgio em meio à natureza

Patricia Melillo

Quem vai a Cabeça de Boi pela primeira vez escuta pelo menos duas versões sobre seu curioso nome, que, na verdade, é uma espécie de “apelido” para o povoado de Santana do Rio Preto, a 9km de Itambé do Mato Dentro. Alguns dizem que o vilarejo foi batizado assim por causa da extremidade de uma das serras avistadas do povoado, cuja forma lembraria uma cabeça de boi – apesar de muitos não enxergarem tal figura –; outros dizem que o nome vem de uma fazenda antiga da região. Porém, isso é o que menos importa diante da exuberância da paisagem que o turista contempla logo que chega ao local.

Cabeça de Boi encontra-se ao sul da serra do Espinhaço, o maciço rochoso que corta os estados de Minas Gerais, Bahia e Piauí. A apenas 130km de Belo Horizonte e a 47 de Itabira, a região é considerada uma das mais belas do país. Ela engloba o Parque Nacional da Serra do Cipó, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e municípios que fazem parte do circuito Estrada Real.

O povoado, de cerca de 80 habitantes, possui uma vista de 360°, pois é totalmente cercado por serras e montanhas. Ele consiste basicamente de uma praça, uma igreja e poucas dezenas de casas. Essas serras abrigam uma grande diversidade de plantas e animais, além de rios e cachoeiras. Partindo do povoado, a distância das cachoeiras mais visitadas varia de 4 a 7km, percurso que pode ser percorrido a pé ou de carro. Lajeado, Entancado e Maças são as cachoeiras mais conhecidas. Entre as várias outras opções de passeio, estão a cachoeira do Chiquinho e a serra das pinturas rupestres. As pinturas, com data estimada de 6 a 8 mil anos, são bastante nítidas e muito bem conservadas, e o local onde elas ficam possui uma belíssima vista.

Quem consegue sobreviver sem celular e sem internet por pelo menos dois dias – lá só tem sinal de uma operadora e assim mesmo só pega em alguns pontos específicos do povoado – pode aproveitar bem o tempo em belas caminhadas e em passeios de bicicleta por estradinhas de terra e trilhas. É importante não esquecer a câmera fotográfica. E, depois de um dia exaustivo de sol e muito exercício físico, nada melhor do que se sentar em uma daquelas vendinhas típicas do interior, tomar uma cerveja bem gelada e saborear uma porção de carne de lata – carne cozida, conservada em banha de porco – ou de banana verde frita. Se a fome for maior, há dois restaurantes de comida mineira. A refeição custa R\$ 15 pra comer à vontade.

Serviços

Em Cabeça de Boi, o turista pode se hospedar em uma das cinco pousadas do povoado, com diárias que variam de R\$ 140 a R\$ 310 por casal, com café da manhã. Há também a opção de alugar casas, com capacidade para 6 a 10 pessoas e diárias entre R\$ 300 e R\$ 500.

Para chegar ao povoado, a maneira mais fácil é ir pela BR 381 até Bom Jesus do Amparo, seguindo pelos distritos de Ipoema e Senhora do Carmo e pela cidade de Itambé do Mato Dentro. Desta, são apenas 9km até Cabeça de Boi. Até Ipoema é asfaltado, restando um trecho de 37km de estrada de terra. Há também a opção de ir para Itabira e, de lá, para Senhora do Carmo e depois Itambé. Nesse trajeto, o trecho de estrada de terra é menor, cerca de 20km. Seja qual for o caminho, a viagem dura aproximadamente três horas.

Pra quem não gosta de dirigir na estrada, existe a possibilidade de ir de ônibus até Itambé do Mato Dentro. Lá, algumas pessoas prestam o serviço de transporte até Cabeça de Boi, cobrando cerca de R\$ 30 pela viagem. O ônibus, da viação Saritur, sai da rodoviária de Belo Horizonte diariamente às 8h30 e às 15h45. Aos domingos, o horário da tarde é 17h45. A passagem custa R\$ 35,80. Boa viagem!